

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.441 - SP (2019/0284594-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
SUSCITANTE : **BECAP COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **ELCIO FONSECA REIS - MG063292**
 VERÔNICA DE MATTOS LAMARÃO - RJ122996
 DANIEL REITER SOLDI - SP316706
 CARLOS EDUARDO DE TOLEDO BLAKE E OUTRO(S) - RJ0138142
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 53A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
INTERES. : **EMERSON DE LIRA MARQUES DA SILVA**
ADVOGADOS : **ROSANA MARIA SARAIVA DE QUEIROZ - SP098504**
 JOSE HERBERT COSTALIMA DE QUEIROZ - SP324750

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência com pedido de liminar, em que é suscitante a empresa BECAP COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA., em recuperação judicial, e suscitados, o JUÍZO DE DIREITO DA 53ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO – SP e o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO – SP, onde tramita a recuperação judicial.

A suscitante informa que ajuizou pedido de recuperação na Justiça comum do Estado de São Paulo, o qual foi deferido (e-STJ fls. 23/31).

Relata que (e-STJ fls. 4/5):

Determinado Reclamante, Sr. Emerson de Lira Marques da Silva, distribuiu Reclamação Trabalhista autuada sob o nº 1000049-53.2018.5.02.0053, em trâmite perante a 53ª Vara do Trabalho de São Paulo, pleiteando, a condenação solidária/subsidiária da Suscitante ao pagamento das verbas rescisórias devidas, decorrente do reconhecimento do vínculo laboral multas dos artigos 467 e 477, da CLT, pagamento de adicional de insalubridade, nulidade do contrato de temporário com reconhecimento do vínculo do reclamante com a segunda reclamada e convolação do contrato temporário em de prazo, que foi julgada procedente em parte, sendo a Suscitada condenada subsidiariamente transitada em julgado e liquidada a sentença.

Assim, após a liquidação da sentença, o MM. Juízo da 53ª Vara do Trabalho de São Paulo determinou o prosseguimento da execução perante a Justiça do Trabalho, determinando o bloqueio de créditos via BacenJud e a expedição de Mandado de Penhora e Avaliação em face da Suscitada na importância de R\$ 3.165,92 (três mil, cento e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos), conforme se infere do mandado, ora anexado.

Após intimada para pagamento da execução a ora Suscitante peticionou ao Juízo, noticiando acerca da Recuperação Judicial e da Aprovação do Plano, requerendo a suspensão dos atos executórios, e a expedição de Certidão de Habilitação de Crédito em favor do reclamante, entretanto não houve reconsideração dos atos executórios.

Discorre sobre a competência do Juízo da recuperação e sobre a impossibilidade de o Juízo trabalhista dispor do patrimônio da empresa recuperanda, sob pena de

prejuízo para os credores devidamente habilitados.

Postula, em caráter liminar, a "imediata revogação da ordem de bloqueio de créditos via BacenJud, bem como do cumprimento do Mandado de Penhora e Avaliação em face da Suscitada, determinada na Reclamação Trabalhista nº 1000049- 53.2018.5.02.0053" (e-STJ fl. 15).

No mérito, pede o reconhecimento da competência exclusiva do Juízo da recuperação judicial.

Liminar deferida às fls. 162/165 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 171/215 e 217/219 (e-STJ).

Parecer do Ministério Público Federal nos seguintes termos (e-STJ fl. 221):

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL X JUÍZO DO TRABALHO. CONDENAÇÃO DA EMPRESA SUSCITANTE NO JUÍZO LABORAL. INFORMAÇÕES DANDO CONTA DE ULTERIOR HABILITAÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA NO JUÍZO RECUPERACIONAL. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO CONFLITO.

É o relatório.

Decido.

Determina o CPC/2015:

Art. 66. Há conflito de competência quando:

I - 2 (dois) ou mais juízes se declaram competentes;

II - 2 (dois) ou mais juízes se consideram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência;

III - entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

Parágrafo único. O juiz que não acolher a competência declinada deverá suscitar o conflito, salvo se a atribuir a outro juízo.

No presente caso, não há falar em conflito de competência. O JUÍZO DE DIREITO DA 53ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO – SP informou que "em 02.10.2019 foi proferida decisão determinado-se a transferência do bloqueio efetuado nos autos para o processo 1039187-96.2017.8.6.0100, em trâmite perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, bem como a habilitação do crédito do reclamante naquele juízo" (e-STJ fl. 174).

Inexiste nos autos decisão dos juízes declarando-se competentes ou incompetentes para dispor sobre os atos executivos contra a empresa em recuperação. Logo, não está preenchida nenhuma das hipóteses do art. 66 do CPC/2015.

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do conflito de competência. Cassa-se a decisão de fls. 162/165 (e-STJ).

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator